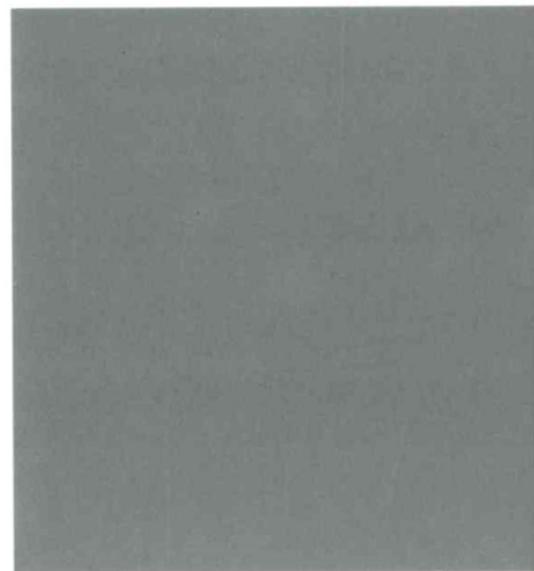


# APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE BARCELOS



3)  
27.52(469.12)(091)  
IN

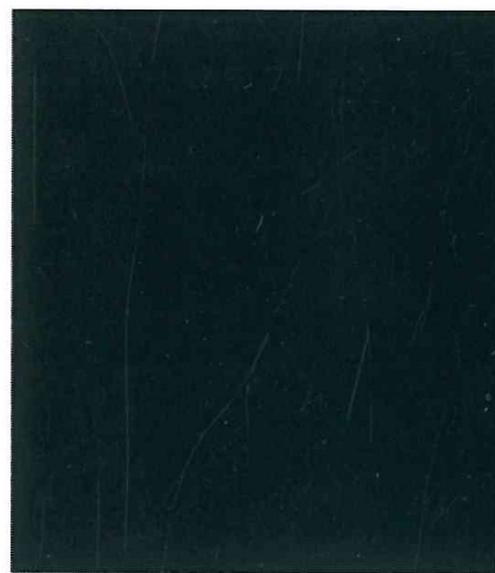
**Inauguração oficial das novas instalações da Biblioteca Municipal de Barcelos, em 9 de Julho de 1997.**

(Da esquerda para a direita): Dr. Ferreira Martins, representante da Fundação Calouste Gulbenkian, Dr. Costa Araújo, Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Fernando Reis, Presidente da Câmara Municipal, Dr. Manuel Maria Carrilho, Ministro da Cultura, Dr. Pedro Bacelar, Governador Civil de Braga, Dr<sup>a</sup>. Teresa Gil, Presidente do I.P.L. – Instituto Português do Livro.

**Biblioteca Municipal de Barcelos**

Técnicos superiores: Ana Paula Afonso Brito Lopes, Filomena da Glória Pereira Carneiro, Glória de Oliveira Campos e Victor Manuel Martins Pinho da Silva; técnicos profissionais: Fernanda Adelina S. Vieira, José António Gomes de Faria, José Manuel Martins Pinho Moreira da Silva, Magda Lourenço P. Loureiro, Maria Amélia Faria da Cruz Abreu, Maria Emília Coelho Gomes Rainha, Maria Fernanda Costa Martins, Maria Manuela P.G. Lima Ribeiro, Narcisa Rosa Borges Vilaça e Paula Maria Barros Neves; assistentes administrativas: Cândida Cristina Alves Pereira e Maria Idalina Rodrigues M. Carvalho; auxiliares técnicos: José Augusto Pedras Bandeira dos Santos e Joaquim Alves Ferreira; auxiliares administrativos, José Manuel dos Santos Gomes e Lucindo José Gomes de Faria; auxiliares de serviços gerais: Maria de Jesus Santos Marques e Maria de Fátima Monteiro da Silva; ao abrigo do programa vida emprego: João Manuel Remelhe Rocha Gonçalves.

# APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE BARCELOS



MUNICIPIO DE BARCELOS

BIBLIOTECA MUNICIPAL

Nº **56709** *Renner*

*Barcelos*

Ficha Técnica

**MUNICÍPIO DE BARCELOS**

**Presidente**

Dr. Fernando Reis

**Vereadora do Pelouro da Cultura**

Dr<sup>a</sup>. Joana Garrido Fernandes

**BIBLIOTECA MUNICIPAL**

**Bibliotecário**

Dr. Victor Pinho

**TÍTULO**

Apontamentos para a História  
da Biblioteca Municipal de Barcelos

**AUTOR**

Victor Pinho

**EDIÇÃO**

Município de Barcelos  
Biblioteca Municipal

**PAGINAÇÃO E IMPRESSÃO**

Barcelgráfica

**TIRAGEM**

500 Exemplares

**DATA**

09 de Dezembro de 2006

*“A biblioteca pública - porta de acesso local ao conhecimento – fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais.”*

*Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas*

Duas datas balizam a história recente da Biblioteca Municipal de Barcelos, ambas no dia nove, a da abertura ao público nas novas instalações, na casa dos Machados da Maia, em Dezembro de 1996 e a da inauguração oficial, em Julho do ano seguinte, com a presença do ministro da cultura Dr. Manuel Maria Carrilho.

Comemoram-se, portanto, dez anos, em que Barcelos viu nascer um importante equipamento cultural que muito tem feito pela divulgação do livro e da leitura. E, a prova disso, é a procura crescente das suas instalações por parte de crianças, jovens e adultos e a variedade de serviços fornecidos.

Mas, a nova aurora iniciou-se com a assinatura do contrato-programa com o I.P.L.L. – Instituto Português do Livro e da Leitura, em 28 de Outubro de 1988, depois da apresentação da candidatura em 29 de Abril desse mesmo ano.

Foram momentos importantes, os que antecederam esta decisão. O Município não dispunha de terrenos que permitissem a construção de raiz e as propostas apresentadas, nem todas satisfaziam os requisitos exigidos, e, quando surgiu a proposta mais exequível, problemas sucessórios retardaram a solução final.

Na verdade, só cerca de três anos após a assinatura do contrato-programa, se anunciou o concurso público de uma obra que visava dotar Barcelos de uma verdadeira Biblioteca de Leitura Pública. Antes disso, em Agosto de 1990, a Câmara Municipal comprava a Casa dos Machados da Maia, depois de ter sido autorizada, pela Assembleia Municipal, em Setembro de 1989, a adquiri-la pelo valor de 51 mil contos.

Da sua história mais recente, depois de um período de cerca de dez anos, em que esteve praticamente desactivada, com o seu espólio, na sua grande maioria encaixotado, a Biblioteca Municipal reabriu ao público, 30 de Abril de 1981, depois de, em Julho de 1979, se ter procedido à transferência do espólio para um edifício na rua Infante D. Henrique, no número 42, onde outrora funcionou a tipografia Marinho.<sup>1</sup>

Aqui funcionou, durante dezassete anos, sob a supervisão dos Bibliotecários Armando Malheiro (Setembro de 1981 a Maio de 1983), Penteado Neiva (Junho de 1983 a Agosto de 1984) e Victor Pinho.

Foi o 25 de Abril que trouxe uma nova era para a leitura pública em Portugal e no concelho de Barcelos. Mas, não podemos deixar de reconhecer o contributo dado, antes e depois daquela data, pela Fundação Calouste Gulbenkian, através das suas bibliotecas, itinerante e fixa.

<sup>1</sup>Silva, Armando Malheiro da, “A Biblioteca Municipal de Barcelos: projecto de organização e de dinamização”, Braga, ed. do autor, 1980. O transporte de livros e demais espécies foi feita num “dumper” dos serviços de obras da câmara, sem quaisquer cuidados, ficando tudo empilhado no 1º andar da referida casa.

## ***Uma biblioteca virada para o futuro***

Para uma terra que não tinha uma grande tradição cultural, a afirmação da Biblioteca Municipal traduzida nos leitores que a procuram e nas iniciativas que produz e apoia são o reflexo do bom caminho e da contribuição para a afirmação da cidadania e da criação de uma consciência livre, crítica e reflexiva.

Ao longo do dia, deparam-se vários quadros que o mais primoroso artista gostaria de pintar. São os jovens estudantes, inquietos, sedentos do saber que, logo pela manhã, vêm à procura de livros que respondam aos mais variados assuntos que a vida escolar exige. Voltam, depois, da parte da tarde, com os mesmos objectivos e a mesma intensidade de busca. A meio daquela, são os reformados que se deleitam com a leitura de jornais e revistas, constituindo, por vezes, autênticas tertúlias que muito prezamos e respeitamos. No intervalo do almoço, são os trabalhadores por conta de outrem, que fazem horas para regressar ao trabalho, e que manuseiam as revistas ou este ou aquele romance. Nas férias, além destes, aparecem os estudantes universitários que ficam encantados com a sua biblioteca e com o atendimento personalizado.

Da nossa agenda cultural, resulta uma programação adequada em que os pontos mais salientes são os Dias Internacional e Mundial do Livro, no mês de Abril, a Feira do Livro, nos últimos anos em cooperação com a EMEC - Empresa Municipal de Educação e Cultura, na primeira semana de Julho e as Jornadas de História, no mês de Dezembro.

A afirmação da Biblioteca Municipal na comunidade barcelense traduz-se ainda na publicação da "Barcelos Revista", revista de estudos locais que muito tem contribuído para a divulgação da nossa memória colectiva.

O apoio aos escritores barcelenses é bem visível, nos pareceres acerca da validade dos seus trabalhos, tendo em vista uma política de apoio à edição, e a disponibilidade do nosso auditório para a apresentação das suas obras.

O carinho que nutrimos pelas crianças e jovens revela-se nas inúmeras actividades que colocamos ao seu dispor: "Hora do Conto", "Imagens Animadas", "Encontro com Escritores e Ilustradores", concurso "O Leitor do Mês" e "Viagem na Biblioteca". Não podemos deixar de lembrar ainda as "Férias Divertidas", com actividades diversificadas e que demonstram o carinho e o amor que colocamos naquilo que fazemos e a atenção que damos aos mais novos.

A cooperação com o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas que se tem traduzido em inúmeras exposições, acções de formação, ateliês e até numa comunidade de leitores com Manuel António Pina, com a Bedeteca de Lisboa e com o Museu da Imprensa são a prova da nossa vitalidade e do nosso espírito empreendedor.

O projecto co-financiado pelo programa On - Operação Norte "Ler em Barcelos" traduziu-se numa série de acções a favor da literacia e culminou com a apresentação do livro "De Barcelos sei um saco de cantigas", coordenado por António Mota e ilustrado por Eunice Rosado.

Escritores de nomeada têm passado pela Biblioteca Municipal, entre os quais, Alice Vieira, Álvaro Magalhães, Ana Maria Magalhães, António Mota, António Torrado, Baptista Bastos, Clara Pinto Correia, Daniel Sampaio, Fernando Dacosta, João Aguiar, João de Melo, José Cardoso Pires, Manuel António Pina, Maria Alberta Menéres, Mia Couto e Virgílio Alberto Vieira.

As doações de livros, jornais e revistas, designadamente dos familiares da Prof. Maria

Elsa Faria Anjo, Augusto Soucasaux, Antero de Faria, Eng<sup>o</sup> Jorge Barreto de Faria, Tenente Francisco Cardoso e Silva, Artur Roriz Pereira, Dr<sup>a</sup>. Maria Emília dos Santos Silva Loup e Eduardo Luís Loup, Eng<sup>o</sup> Delfim Dias e Carlos Basto, têm enriquecido o nosso espólio. São também uma prova de confiança e de estima numa instituição que não pára de crescer e de se afirmar na sociedade barcelense.

### ***Fundada no tricentenário da morte de Camões***

A Biblioteca Municipal de Barcelos foi fundada em 10 de Junho de 1880, para comemorar o tricentenário da morte de Luís de Camões.<sup>2</sup>

O executivo municipal registava esta efeméride, em acta de reunião desse mesmo dia: “Sendo presente o Vice-Presidente da Câmara Municipal o Excelentíssimo Comendador David de Barros e Silva Botelho declarou que tendo ido o Excelentíssimo presidente da mesma Câmara [conselheiro José Novais] designado por esta para representar na Capital por ocasião dos festejos civis que ali têm lugar para solenizar o tricentenário do imortal cantor das glórias Pátrias, o insigne autor dos Lusíadas, e tendo a excelentíssima Câmara resolvido que neste dia fosse inaugurada a Biblioteca Pública deste concelho, que cabia a ele presidente a honra de fazer esta inauguração e mandando abrir o salão em que a mesma Biblioteca fora provisoriamente colocada na parte posterior à sala das sessões da mesma excelentíssima Câmara, declarou inaugurada a mesma Biblioteca e patente ao público para poder ser visitada e consultada nas horas do respectivo regulamento.”<sup>3</sup>

Mas, o programa global da efeméride incluía ainda a actuação de duas bandas musicais que percorreram as ruas da vila e, à noite, a iluminação dos Paços do Concelho e da Praça D. Pedro V. Além disto, a Câmara convidou os habitantes a iluminarem as janelas das suas habitações.”<sup>4</sup>

Preparando este acontecimento, em sessão de 13 de Março de 1880, ficou decidida a inauguração, bem como foi autorizado o presidente a “mandar fazer as estantes precisas para a mesma e o mais que necessário seja”.<sup>5</sup> Colocada a arrematação, a obra foi adjudicada a Francisco José da Silva, de Barcelinhos, pelo valor de setenta e quatro mil e oitocentos réis, pois, entre outros concorrentes, foi o único que se comprometeu a fazê-las de acordo com a planta e orçamentos apresentados e até ao fim do mês de Maio do referido ano.<sup>6</sup>

Foi ainda decidido, em reunião do executivo de 30 de Abril, incluir no orçamento suplementar a quantia de cinquenta e nove mil trezentos e sessenta réis, para adquirir “Os Lusíadas”, edição em pergaminho de Emílio Biel e para a encadernação de livros.<sup>7</sup> Foi mesmo autorizado o presidente a escolher e a comprar os livros necessários.<sup>8</sup>

Esta, como outras bibliotecas municipais, surgia na sequência da lei de 2 de Agosto de 1870, da autoria de D. António Costa, através das quais eram criadas as bibliotecas

<sup>2</sup> Esta parte do texto baseia-se num artigo do autor, ao qual foram feitos bastantes acrescentos e algumas correcções, publicado sob o título “Biblioteca Municipal de Barcelos: um século de História”, na revista “Avenida do Minho”, nº 3, ano 3, Julho de 1991.

<sup>3</sup> Arquivo Municipal de Barcelos, Livro de Actas da C.M.B. nº 61. Trata-se da sala que fora outrora capela-mor da Igreja da Misericórdia e, depois, gabinete da presidência, no edifício dos Paços do Concelho.

<sup>4</sup> “Folha da Manhã”, 10/6/1880.

<sup>5</sup> Arquivo Municipal de Barcelos, Livro de Actas da C.M.B. nº 61.

<sup>6</sup> Idem, reunião de 10/04/1880. O Presidente comunicou que as estantes estavam concluídas e que foram feitos, por sua ordem, “alguns acréscimos” que alteraram a planta inicial, visto o seu custo ter sido muito diminuto. Ibidem, reunião de 05/06/1880.

<sup>7</sup> Ibidem. Muito mais tarde, em reunião de 11/02/1948, a Câmara Municipal adquiriu uma placa, em bronze, comemorativa do tricentenário da morte de Camões, que se encontra no actual gabinete do bibliotecário. Ibidem, nº 88.

<sup>8</sup> Ibidem, nº 61, reunião de 29/05/1880.

populares, que deveriam existir, pelo menos, na capital de cada concelho e ser mantidas a expensas das câmaras municipais. A leitura, gratuita, devia ser também domiciliária e poder realizar-se nos dias feriados ou nas suas vésperas.<sup>9</sup>

Curiosamente, cerca de uma semana após a inauguração, o vereador David Botelho comunicava à câmara que, naquela altura, «não encontrou o catálogo que devia acompanhar e acompanhou os livros fornecidos para núcleos da mesma Biblioteca, constando que fora descaminhado com alguns livros remetidos, ignorando-se a época em que tal descaminho, extravio ou subtração fora cometida» e propunha a realização de um inquérito.<sup>10</sup>

O aludido vereador referia-se, certamente, aos cerca de 2.314 livros oferecidos à câmara municipal pelo governo do rei D. Luís I, em 1863, para se estabelecer neste concelho uma Biblioteca Municipal.

Face a esta oferta, o executivo municipal liderado por Faria Barbosa decidiu, em reunião de 18 de Setembro de 1863, que os referidos livros fossem recebidos na Biblioteca Nacional pelo deputado às cortes, João António Gomes de Castro que deveria escolhê-los e a quem se passou a respectiva procuração.<sup>11</sup> Seguidamente, era aprovado o orçamento suplementar, que incluía a despesa para o transporte dos livros e ainda o “indispensável” para, provisoriamente, se “acomodarem em um dos departamentos dos Paços do Concelho”.<sup>12</sup> Foi ainda decidido mandar fazer estantes de madeira de pinho ao mestre carpinteiro Manuel José de Freitas, para a “acomodação” dos livros.<sup>13</sup>

Havia mesmo um candidato a Bibliotecário, o Pe. João Baptista de Lima. Este queria que a Câmara criasse esse lugar e pusesse a funcionar uma Biblioteca Municipal. Como as suas pretensões, por razões financeiras, não foram atendidas, saiu da redacção do “Jornal do Povo”, onde esteve desde a sua fundação, em 1 de Maio de 1864 a Setembro desse ano. Este jornal local apoiava Faria Barbosa, Presidente da Câmara e chefe local dos conservadores.<sup>14</sup>

Foi pena que este jornal, depois dirigido pelo Abade António Paes de Villas Boas, não tivesse publicado o artigo de fundo que sugeria a criação de uma Biblioteca Pública, na edição de 4 de Novembro de 1866, tendo-o substituído por uma carta do marechal Saldanha e tivesse terminado com o número seguinte.<sup>15</sup>

Criada a biblioteca, começaram a registar-se doações de indiscutível valor que fizeram enriquecer e aumentar o seu espólio. De referir um folheto intitulado “Os Lusos”, publicado em 26 de Maio de 1866, e que foi oferecido por António Joaquim e Álvares, residente no Rio de Janeiro.<sup>16</sup> Já anteriormente, o ilustre professor bracarense, José Joaquim da Silva Pereira Caldas doou a “Relação Histórica do que fizeram os moradores de Barcelos, desde o dia em que na Vila aclamaram D. João IV, apenas sabida a restauração

<sup>9</sup> A Real Biblioteca Pública da Corte, criada por alvará régio de 29/02/1756, foi a primeira biblioteca portuguesa a receber oficialmente a designação de pública. Mas, só mais tarde, em consequência das lutas liberais se pode começar a falar na existência de bibliotecas públicas em Portugal. Foram criadas, essencialmente, para conservar as livrarias dos conventos, mosteiros, etc., das ordens religiosas extintas por decreto de 28/05/1834.

<sup>10</sup> A.M.B., Livro de Actas da C.M.B., nº 61, reunião de 19/06/1880.

<sup>11</sup> Idem, nº 54.

<sup>12</sup> Ibidem, reunião de 30/01/1864. O transporte dos livros foi feito por José Bento Gonçalves Barroso, da vila de Barcelos, pela quantia de cento e quatro mil oitocentos e setenta réis. Ibidem, reunião de 19/03/1864.

<sup>13</sup> Ibidem, reuniões de 19/03 e 04/06/1864. As estantes, “sete dúzias de taboado”, “pregagem,” e “feitio e colocação” custaram dezanove mil e sessenta e cinco réis.

<sup>14</sup> “Jornal do Povo”, nº 54, ano 2, 11/06/1865.

<sup>15</sup> Nº 122, ano 3. A carta foi publicada no “Jornal do Comércio” e explicava as razões porque não veio Porto, aquando da inauguração do monumento a D. Pedro IV.

<sup>16</sup> A.M.B., Livro de Actas da C.M.B., nº 61, reunião de 26/06/1880.

da capital em 1 de Dezembro de 1640 até o último de Janeiro de 1642”, de Manuel da Rocha Freire.<sup>17</sup>

O próprio presidente da edilidade, conselheiro José Novais ofereceu nove volumes das obras de Bocage, um volume da obra “Monumento a Colombo”, outro das obras “Ciência e seus Homens” e um volume das circulares dirigidas aos delegados do procurador régio por José da Cunha Navarro de Paiva.<sup>18</sup> Mais tarde, ofereceu outros livros, designadamente relatórios, inquéritos e estatísticas.<sup>19</sup>

Doação importante foi a dos herdeiros de José Manuel Gomes, de Gilmonde, que legaram uma série de livros, bem como a quantia de cento e cinquenta mil réis para as despesas com a Biblioteca.<sup>20</sup>

Cerca de três anos depois da inauguração, chegou-se mesmo a pensar, em construir uma terceira sala, no edifício dos Paços do Concelho, para alargar a área de depósito da Biblioteca. Todavia, a Câmara retirou da praça a arrematação por “não se acharem as condições com a precisa clareza”.<sup>21</sup>

Nos inícios de 1886, como muitos livros se encontrassem aglomerados numa das salas do edifício da câmara, na ala poente, onde depois funcionou o quartel militar, foi decidido mandar fazer estantes e, em Agosto do mesmo ano, foi encarregado José Francisco da Silva Esteves, de “coleccionar” todos os livros da biblioteca.<sup>22</sup>

Mas a Biblioteca não funcionava e constituía uma preocupação para o executivo. Isso ressalta da intervenção, em sessão de câmara, de 22 de Outubro de 1887, do seu presidente, o bacharel José Barroso Pereira de Matos:

- “Neste intuito cumpre-me não abandonar a ideia de se estabelecer uma biblioteca, embora modesta, mas apropriada ao fim que se propõe.”<sup>23</sup>

No mês de Janeiro do ano seguinte, o presidente propunha que se solicitasse aos redactores de dois jornais da vila, que noticiaram o roubo de livros da Biblioteca, o fornecimento de informações. A Câmara, reconhecendo que aos livros oferecidos, em 1863, pelo governo “se não tinha prestado o devido cuidado”, decidiu autorizar a Comissão Municipal a “mandar conferir o catálogo e colocar os livros existentes de modo que se possa saber o número deles e o lugar em que estão colocados.”<sup>24</sup>

A política de aquisições de livros para a Biblioteca foi prosseguindo, tendo-se adquirido, em Abril de 1889, no Porto, por proposta do administrador do concelho, o Dicionário Larousse, por metade do preço, isto é pela quantia de sessenta ou setenta mil réis, obra que valia mais do que todo o património da Biblioteca.<sup>25</sup>

Algumas medidas pontuais foram sendo tomadas, mas sem resultados visíveis. Em Janeiro de 1893, o vereador Dr. Sá Ramires requereu que lhe fosse entregue uma cópia do catálogo ou relação dos livros da biblioteca municipal, com declaração dos que foram adquiridos gratuitamente, dos comprados e dos que se estão a adquirir por assinatura.<sup>26</sup> Sendo necessário abrir uma entrada para a Biblioteca, a Câmara Municipal aprovou, em

<sup>17</sup>Idem, nº 57, reunião de 19/04/1871. Esta doação foi feita através do Dr. Rodrigo Veloso.

<sup>18</sup>Ibidem, nº 62, reunião de 17/12/1881.

<sup>19</sup>Ibidem, reunião de 10/06/1882.

<sup>20</sup>Ibidem, reunião de 20/10/1882.

<sup>21</sup>Ibidem, reuniões de 17/03 e 14/04/1883.

<sup>22</sup>Ibidem, nº 63, reuniões de 16/01 e 07/08/1886. Ibidem, nº 64, reunião de 11/01/1888.

<sup>23</sup>Ibidem, 22/10/1887.

<sup>24</sup>Ibidem, reunião de 11/01/1888.

<sup>25</sup>Ibidem, reunião de 06/04/1889.

<sup>26</sup>Ibidem, nº 65, reunião de 03/01/1893.

Julho de 1895, uma proposta em que solicitava ao governo a declaração de utilidade pública para expropriação de parte do quintal e casa pertencente à viúva de António José dos Santos, situada no largo de São Francisco, actual largo Dr. Martins Lima.<sup>27</sup>

No ano de 1900, surge a ideia da construção de uma Biblioteca Municipal, com o famoso projecto de recuperação e restauro do Paço dos Duques de Barcelos, da autoria do arquitecto Ernesto Korrodi, para aí se instalar não só o museu, mas também a biblioteca. Todavia, tal projecto nunca chegou a concretizar-se por falta de verbas, apesar do empenhamento das vereações lideradas pelo Dr. José Vieira Ramos.<sup>28</sup>

Nos finais da monarquia, em Dezembro de 1909, a “posse, conservação e ordem da biblioteca” foi confiada à direcção da Liga Barcelense de Instrução e Educação, a pedido desta, com a responsabilidade de catalogar os livros e velar pela sua conservação. A Câmara ficava com propriedade dos livros e com o direito de regular, administrar e fiscalizar a referida biblioteca e de retirá-la quando considerar conveniente.<sup>29</sup>

Com a implantação da Primeira República e, por força do Decreto-Lei de 18 de Março de 1911, foi determinada a criação de bibliotecas populares em cada município, de onde irradiariam bibliotecas móveis, para levar o livro a todas as aldeias, completando a acção da escola. Estabelece-se claramente a diferença entre as bibliotecas eruditas (essencialmente de conservação) e as bibliotecas populares, onde deviam existir salas para as crianças, realizar-se conferências (sessões de animação) e praticar-se o empréstimo domiciliário.

A Biblioteca Municipal de Barcelos, que procurava “reconstituir-se” sob a direcção do vereador, tenente Nicolau Bacelar, encontrava-se num “estado deplorável”, com alguns livros atacados pela traça e muitas das suas páginas “corroídas”. O semanário republicano local “Era Nova”<sup>30</sup>, que alertava para esta situação e para os “grandes desfalques que tem sofrido”, incitava a Câmara a não deixá-la “parada e inútil”, mas a abri-la ao público e a inscrever nos seus orçamentos “alguma verbazinha” para aquisição de livros. Para isso, era necessário “improvisar” uma sala de leitura, pois o edifício camarário não tinha “nenhum aposento convenientemente adaptável”.

Apesar desta notícia ter sido analisada, imediatamente, em sessão do executivo em Janeiro de 1912<sup>31</sup>, só em Setembro desse mesmo ano, o presidente Dr. Miguel Fonseca propôs a fundação de uma biblioteca popular. Devia ficar instalada na mesma sala em que se encontrava a actual biblioteca, mas, logo que fosse possível, noutra mais apropriada do edifício dos Paços do Concelho, na ala voltada à rua Infante D. Henrique.

Propõe ainda que se incorporem nesta biblioteca as obras que constituem o núcleo existente e que se encontram catalogadas devido «ao incansável zelo do digno vogal d’esta comissão senhor tenente Bacellar», mas constituindo uma secção especial, visto tratar-se de obras que não cabiam numa biblioteca popular.<sup>32</sup>

<sup>27</sup>Ibidem, reunião de 20/07/1895. Solicitava-se a mesma declaração de utilidade pública para as casas do lado norte da rua Infante D. Henrique, afim de se continuar o seu alargamento.

<sup>28</sup>São várias as deliberações do executivo municipal sobre o assunto. A primeira data de 3 de Março de 1900, aventando-se a hipótese de ali ser instalado um museu, biblioteca ou escola. O projecto Korrodi, para instalação da biblioteca e museu, foi aprovado em sessão de seis de Julho desse ano, apresentado ao rei em 9 de Fevereiro e, aprovado superiormente, em Março de 1903. Depois da arrematação da obra de pedreiro ter sido designada para o dia vinte nove de Agosto do referido ano, deram entrada no cofre municipal, em Junho do ano seguinte, quinhentos mil réis do ministério as obras públicas. Ibidem, nºs 66 e 67.

<sup>29</sup>A.M.B., Livro de Actas da C.M.B, nº 69, reunião de 18/12/1909. Não possuímos quaisquer dados sobre este período durante o qual a Biblioteca Municipal esteve confiada à Liga Barcelense de Instrução e Educação.

<sup>30</sup>Nº 66, ano 2, 18/01/1912.

<sup>31</sup>A.M.B., Livro de Actas da Comissão Municipal Republicana., nº 71, 20/01/1912.

<sup>32</sup>Idem, reunião de 07/09/1912.

Só cerca de meio ano mais tarde foi decidido que a biblioteca popular funcionasse ao público durante as horas em que estivesse aberta a secretaria da câmara, «reservando novo e melhor horário, conforme ao das demais bibliotecas, para ocasião mais propícia ao cofre municipal».<sup>33</sup>

Parece, todavia, que a acção do tenente Nicolau Bacellar não se revelou muito eficaz, não passando de “mera fantasia e falatório”, apesar dos elogios da câmara e de alguns jornais.<sup>34</sup>

Às câmaras republicanas, seguiu-se um executivo de ideologia monárquica liderado pelo Dr. José Júlio Vieira Ramos. Este propôs, em reunião de 29 de Novembro de 1917, a criação de uma “repartição de serviços de instrução primária, estatística agrícola, cemitério e conservação da biblioteca municipal”, com a nomeação de um funcionário responsável. A escolha, por escrutínio secreto, recaiu no vereador João de Sousa.<sup>35</sup> Apesar disso, em Março de 1919, na Biblioteca Municipal, passou a funcionar a Junta de Inspeção de Recrutadas.<sup>36</sup>

Pouco sabemos à cerca deste período, porque nos escasseiam as fontes documentais, mas o funcionamento da Biblioteca Municipal até 1926 deveria ter-se processado dentro dos objectivos delineados, embora, com o tempo, se tenha perdido o entusiasmo inicial de a abrir, por completo, às classes trabalhadoras.

Com o chamado Estado Novo, voltou a designar-se de Biblioteca Municipal, sendo sujeita a uma reorganização de circunstância, na qual se empenharam alguns devotos amantes das letras e da nova situação política.

Em reunião do executivo de 12 de Outubro de 1932, foi aprovada a adaptação da antiga sala da Biblioteca para a Administração do Concelho e acabamento da sala destinada à Biblioteca, onde funcionou a Escola Complementar, e também as respectivas condições de arrematação, caderno de encargos, medição e orçamento. Cerca de um ano depois, os livros e manuscritos da Biblioteca e Arquivo estavam a ser transferidos e ordenados nas novas instalações.<sup>37</sup> Também, em termos de recursos humanos, foram tomadas algumas medidas. Foi prorrogado, por mais um ano, o contrato com Sérgio Cândido dos Santos, na qualidade de auxiliar da Repartição Técnica, do Arquivo e da Biblioteca Municipal<sup>38</sup>, e foi aprovado o lugar de Bibliotecário, no quadro dos funcionários da Câmara Municipal.<sup>39</sup>

Mas, o verdadeiro estado em que se encontravam os livros da Biblioteca e do Arquivo, é-nos fornecido pelo chefe da secretaria da Câmara Municipal, em reunião do executivo de inícios de Janeiro de 1935: “Atribui-me a lei a obrigação de manter em boa ordem o arquivo dos livros e papéis da secretaria da câmara. Não ignoram Vossas Excelências o estado de confusão e desordem em que vim encontrar o Arquivo Municipal, reduzido a montes de livros e papéis, cobertos de pó e roídos, em parte pela traça, tal como sucedeu na Biblioteca. Tal era esse estado, que impossível me foi, de princípio, inventariar o que

<sup>33</sup>A.M.B., Livro de Actas da Comissão Municipal Administrativa, nº 72, reunião de 21/04/1913.

<sup>34</sup>Villarchen, Andréa, “A Biblioteca Municipal”, in *O Barcelense*, nº 586, ano 12, 03/06/1922.

<sup>35</sup>A.M.B. Livro de Actas da Comissão Administrativa, nº 74, 29/11/1917. A deliberação tomada pela Comissão Executiva, em 29/09/1917, também foi nesse sentido. Esta mesma Comissão, por proposta do Vice-Presidente, Pe. Alexandrino José Leituga, aprovou, em reunião de 23/12/1918, que fosse posto a concurso o lugar de amanuense da secretaria da câmara, encarregado da secção dos serviços de impostos e contribuições municipais, da administração do cemitério público e da fiscalização e organização da biblioteca municipal, funções que vinham sendo desempenhados por João de Sousa. A.M.B. Livro de Actas da Comissão Executiva, nº 187.

<sup>36</sup>Idem, nº 74, 22/03/1919.

<sup>37</sup>Ibidem, nº 78, Reunião de 18/11/1933.

<sup>38</sup>“*O Barcelense*”, nº 1069, ano 21, 19/09/1931, reunião de 29/07/1931. Dado que não existem as actas do período da Presidência de Fernando de Magalhães e Meneses, Conde de Vilas Boas, tivemos que nos socorrer das actas publicadas na imprensa local.

<sup>39</sup>A.M.B. Livro de Actas da Comissão Administrativa, nº 78, reunião de 02/06/1934. Foi aprovado e resolvido remeter para o Ministério do Interior.

encontrei e verificar os livros e papéis que faltavam. Só há pouco tempo, depois de ter sido nomeado o empregado incumbido de pôr em ordem a Biblioteca e o Arquivo, é que foi possível obter-se a certeza do estado em que se encontram. Quanto à Biblioteca, não existindo um catálogo, não é possível averiguar os livros que faltam, embora seja fácil concluir que são verdadeiras as faltas presumidas. Para que o catálogo se faça, aguardo que seja adquirido o mobiliário indispensável para a boa arrumação dos livros.”<sup>40</sup>

Apesar desta situação de desorganização, o espólio da biblioteca foi valorizado, quando em Fevereiro de 1938, a Câmara Municipal recebe um ofício da Caixa Geral de Depósitos a informar que autoriza a cedência dos livros que foram do Conde de Azevedo (excepto os códices) mediante o pagamento de oito mil escudos.<sup>41</sup> Mais tarde, foi ainda contratado como “Fiel da Biblioteca e Arquivo” Eduardo Correia Vilas Boas.<sup>42</sup>

### ***A acção de Antero de Faria e do major Mancelos Sampaio***

Mas, é sob a acção do vereador Antero de Faria que a Biblioteca Municipal ganhou novo fôlego e vê, finalmente, o seu espólio organizado e tratado e abre ao público. Uma proposta daquele edil, aprovada por unanimidade, na reunião do executivo de 27 de Setembro de 1943, assinalava uma nova era: “Primeiro - Que desde já se iniciem as obras consideradas necessárias para uma boa arrumação dos livros. Segundo – Que seja encarregado da sua catalogação o Senhor major José Augusto de Mancelos Sampaio; Terceiro – Que se façam todos os esforços necessários para que em trinta e um de Dezembro do ano corrente haja possibilidade de abrir ao público a biblioteca municipal; Quarto – Que se dê conhecimento á imprensa local desta deliberação.”

Segundo o proponente, a Biblioteca Municipal “tem estado abandonada e sujeita a todos os estragos” e “além dos prejuízos, não presta os serviços culturais que deveria prestar”.<sup>43</sup>

O próprio major Mancelos Sampaio era peremptório quanto a este assunto: “Em Barcelos não há Biblioteca nem Arquivo ao alcance público. Não há portanto colecções de periódicos locais, a não ser nas redacções enquanto os jornais existem, ou em mão de particulares.”<sup>44</sup>

Em sessão de 18 de Outubro do referido ano, Antero de Faria, na sequência de uma intervenção do Presidente à cerca das obras a realizar no edifício da Câmara Municipal, defendia que a Biblioteca Municipal devia manter o local onde estava e que o outro salão devia ser reservado para a instalação de um museu.<sup>45</sup>

No final daquele ano, a imprensa local<sup>46</sup> reflectia os novos rumos dados à referida instituição:

“Tivemos, há dias, o prazer de visitar a Biblioteca Municipal, que, como já noticiamos, está instalada no magnífico edifício onde funcionou a extinta Escola Primária Superior e que, para tal fim, já sofreu as indispensáveis reparações de adaptação.

Salas amplas, com muita luz, arejadas e asseio, encontra ali leitor um ambiente aco-

<sup>40</sup>dem, nº 78.

<sup>41</sup>“O Barcelense”, nº 1402, ano 27, 05/02/1938.

<sup>42</sup>A.M.B. Livro de Actas da C.M.B., nº 83, reunião de 17/03/1941.

<sup>43</sup>dem, nº 85.

<sup>44</sup>“A Servidão de Barcelos a Guimarães”, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 1943.

<sup>45</sup>A.M.B., Livro de Actas da C.M.B., nº 85.

<sup>46</sup>“O Barcelense”, nº 1707, ano 33, 18/12/1943.

lhedor que reúne os indispensáveis requisitos.

Credor dos maiores elogios e agradecimentos dos barcelenses é o digno vereador do pelouro de Instrução Snr. Dr. Ascensão Correia, pela obra verdadeiramente cultural que vem realizando.<sup>47</sup>

Estão salvos de criminoso abandono, a que haviam sido lançados, os 6.000 volumes, entre os quais abundam obras de subido valor que, no seu conjunto, já constituem uma biblioteca inédita.

Ótima, pois, a escolha do salão-depósito que obedece a todos os preceitos da biblioteconomia.

Bem alinhados nas prateleiras de amplas estantes, livros da poeira em que jaziam, podem ver-se as magníficas colecções que constituem o rico recheio bibliotecário.

Tem Barcelos satisfeita uma das suas grandes aspirações e podemos afirmar que esta obra muito honra a vereação que a levou a cabo."

Mas nem tudo estava ainda a funcionar plenamente. De um ofício enviado pelo Chefe da Secretaria, Dr. João Eulálio Peixoto de Almeida ao Presidente da Câmara, Dr. Alexandre Sá Carneiro e lido na sessão de 8 de Maio de 1944, ficámos a saber que: não existia o cargo de "conservador da biblioteca", nos quadros da Câmara; o funcionário do quadro, o fiel da biblioteca e arquivo tem estado nos serviços de secretaria por estar incompleto o referido quadro; a biblioteca está em organização, ocupando outra sala igual à do arquivo e "de lá respira-se hoje e nota-se um ambiente de renovação e limpeza, que se coloca, à beira da pobreza das restantes instalações municipais, como local de eleição".<sup>48</sup>

Entretanto, ao proceder-se ao arrumo e catalogação dos livros, verificou-se que faltavam oito volumes da História de Portugal do Dr. Damião Peres, assunto que foi denunciado na imprensa local<sup>49</sup> e levado a sessão de câmara.<sup>50</sup> Foi requisitado um agente da polícia de investigação criminal para tratar do caso, mas que não chegou a qualquer conclusão.<sup>51</sup>

Em 16 de Agosto de 1944, era aprovado o regulamento da biblioteca, criando-se, em sessão de 29 de Novembro, o cargo de Encarregado, que veio a ser ocupado pelo major Mancelos Sampaio, na sequência do seu trabalho de catalogação e arrumação do espólio.<sup>52</sup>

<sup>47</sup>O Dr. Ascensão Correia esteve cerca de dois anos na vereação, de 5/12/1941 a 14/02/1944. A.M.B., Livro de Actas da C.M.B., nºs 83, 84, 85 e 86.

<sup>48</sup>A.M.B., Livro de Actas da C.M.B., nº 86. Este ofício surgiu na sequência da intervenção de Antero de Faria, na sessão anterior, de 05/05/1944. Propunha a criação de um museu no salão em que se encontrava o "desmantelado" arquivo camarário e que este fosse transferido para umas dependências que se encontravam devolutas. Também propunha que as medidas padrões do reinado de D. Sebastião fossem confiadas à guarda do Conservador da Biblioteca Municipal, bem como todos os objectos de valor histórico e artístico que se encontrassem no edifício da Câmara e na Torre da Porta Nova. Esta proposta, na sequência daquele ofício, foi considerada sem efeito por proposta do Presidente e adiada a resolução do assunto que deveria ser trazido, no prazo de trinta dias, à apreciação da Câmara. Em sessão de 24/07/1944, foi lido um ofício do Chefe da Secretaria referente à arrumação que fez no Arquivo Municipal, tendo sido exarado, em acta, um voto de louvor.

<sup>49</sup>"O Barcelense", nºs 1701 e 1707, ano 33, 6/11 e 18/12/1943. A História de Portugal de Damião Peres foi adquirida, mais tarde, por deliberação camarária de 18 de Maio de 1949, por quatrocentos e cinquenta escudos, a Licínio da Silva Pereira desta cidade. Livro de Actas da C.M.B., nº 89.

<sup>50</sup>A.M.B., Livro de Actas da C.M.B., nº 85, 20/12/1943.

<sup>51</sup>Idem, nº 86, reunião de 5/4/1944.

<sup>52</sup>Em reunião de 29/11/1944 foi rectificada a redacção do Regulamento da Biblioteca, substituindo-se a palavra "Vigilante" pela de "Encarregado". Aquela designação havia sido tomada em reunião de 06/09/1944. O Presidente da Edilidade, propôs e viu aprovada, por unanimidade, uma proposta para que fosse criado no "quadro do pessoal menor, especializado e operário", o cargo de Vigilante da Biblioteca Municipal de assalariamento a título permanente, com o salário diário de treze escudos e cinquenta centavos. O Dr. Alexandre Sá Carneiro, entre outros considerandos, afirmava que as finanças municipais não podiam comportar grandes despesas. O major José Mancelos Sampaio, foi, efectivamente, contratado, em 10/01/1945, pelo período de um ano, renovável quando não houver denúncia com antecedência de trinta dias pelo menos, a contar do seu fim, com o salário atrás referido, para o cargo de Vigilante da Biblioteca Municipal. Idem, nº 86.

O regulamento da Biblioteca Municipal, peça fundamental para a sua organização e funcionamento, estava dividido em três partes: Disposições Gerais, Leitura Pública e Organização.

A Biblioteca Municipal de Barcelos, dependente da Câmara Municipal, e do Pelouro da Cultura, encontrava-se separada do Arquivo Municipal e era dirigida por um Encarregado, que dispunha de um Auxiliar.

A leitura e a consulta eram gratuitas, mas era vedado o empréstimo, excepto, por motivo de serviço, e sempre dentro dos Paços do Concelho, a "entidades superiores municipais nos seus gabinetes, na Sala das Sessões durante estas, trabalhos preparatórios dos actos de Vereação ou nas reuniões, com individualidades categorizadas, de que dependam deliberações da Câmara", e mediante requisição.

A sala de leitura estava aberta todos os dias, excepto aos domingos, segundas e feriados, funcionando das 15 às 18 e das 21 às 23 horas e encerrava de 15 de Agosto a 15 de Setembro. Podia ser facultada, em casos excepcionais, para consulta de urgência por "pessoas de categoria intelectual estranhas à terra" ou por motivo de serviço inadiável, em qualquer das horas de funcionamento da B.M.B. .

Ao Encarregado competia manter a ordem, dar aos leitores as indicações convenientes, receber, numerar e rubricar as requisições, verificar a procura e entrega das obras. Vigiar a Sala de Leitura, não consentindo a leitura da mesma obra por mais de um leitor simultaneamente, nem que as espécies em consulta fossem danificadas. Não se ausentar, manter aberta a porta da "Banca de Requisições", não consentir conversas, nem discussões. Avisar do encerramento do tempo de leitura, verificar a restituição das obras vigiando a sua colocação nas estantes e fazer fechar todas as dependências da B.M.B. Para com leitores e visitantes é essencial "cordura, cortesia e aturada preparação".

Ao Auxiliar competia ajudar o Encarregado, cumprindo com "diligência e rigor" as suas indicações, atender os leitores no que estiver ao seu alcance, proceder ao arrumo das dependências da B.M.B., procurando mantê-las sempre em estado de asseio, servir de elemento de ligação com os outros organismos municipais e com o exterior, sendo-lhe proibido ausentar-se da B.M.B. sem autorização do Encarregado.

Aos leitores era concedido o "direito de consulta" ao Vereador do Pelouro, se se julgarem menos bem servidos na B.M.B. Mas, poderiam ver a sua frequência interdita, temporária ou definitivamente, sempre que o seu comportamento se tornasse inconveniente, com conhecimento e aprovação do Vereador do Pelouro e recurso para a Câmara Municipal.

No que diz respeito à organização, o Encarregado devia propor a aquisição de obras, bem como orientar a manutenção dos serviços para efeito estatístico, "no sentido geral e também como elemento de auscultação das tendências, sentimento e nível cultural do meio barcelense." Previa-se ainda a publicação de um "Boletim" do qual constasse a vida da Biblioteca, servindo também de divulgação das "riquezas" que se encontram no Arquivo Municipal, no da Santa Casa da Misericórdia e em "valiosas" bibliotecas particulares de Barcelos.

Começava a sentir-se a acção do major Mancelos Sampaio à frente dos destinos da Biblioteca Municipal, que haveria de conhecer um período de renovação, durante a qual aquele desenvolveria um trabalho minucioso e apaixonado. Durante o ano de 1944, a Biblioteca Municipal passou a funcionar, com um regulamento adequado e viu catalogado grande parte do seu espólio. Passou a abrir ao público, com um horário próprio; havia um

livro de registo de obras; e os leitores passaram a escrever o nome, a obra pretendida e a profissão num livro de visitas, complementar das fichas de requisição.

Por outro lado, começa a assistir-se a doações particulares, que decidem confiar na instituição, como é o caso da biblioteca particular de António Augusto Álvares da Silva, repórter fotográfico de "O Primeiro de Janeiro" e residente na Casa do Sardoal, em Pedra Furada. Esta biblioteca era constituída por cerca de dois mil livros, seus e de seu pai, o Dr. Joaquim Álvares da Silva (20/04/1857-19/06/1921), o Dr. Silvinha de Pedra Furada, como o povo lhe chamava, ilustre advogado e jornalista e que foi Administrador do nosso concelho e Conservador do Registo Predial em Mondim de Basto.<sup>53</sup> Mais tarde, em Outubro de 1956, são doadas algumas obras, sobretudo publicações periódicas, pelo Dr. Manuel Moreira da Quinta.<sup>54</sup>

Na segunda quinzena de Agosto de 1945, "ao findar o primeiro ano do seu funcionamento público", eram revelados alguns dados estatísticos. Desde Novembro de 1943, através de oferta, tinham entrado na Biblioteca Municipal 1.696 livros, compraram-se 96, de todos os géneros e encadernaram-se 114, valendo o seu espólio cerca de 250 contos. De 21 de Abril de 1944 a 26 de Julho de 1945, foram preenchidas 1.549 requisições de livros para leitura, sendo 58, de dia e 964, à noite. O livro de visitantes tinha 872 assinaturas de todas as classes sociais e de todas as idades.<sup>55</sup>

Além da catalogação dos livros, o major Mancelos Sampaio teve também uma tarefa importante na organização da colecção numismática e medalhística, que foi exposta ao público em duas vitrines. Na primeira, as moedas oferecidas por D. António Barroso em 5 de Setembro de 1927, e que foram confiadas à guarda da Biblioteca Municipal, em 8 de Maio de 1946.<sup>56</sup> Na segunda, as moedas que foram oferecidas mais recentemente.<sup>57</sup>

Em 26 de Junho de 1946, o Vereador Dr. Eurípedes de Brito, além de outras recomendações, solicitava ao "Vigilante" da Biblioteca Municipal, a catalogação de todos os livros "porquanto nenhuma garantia oferece o sistema de verbetes nela usado, visto ser fácil a substituição de um livro de grande valor por outro sem qualquer importância, e ainda porque é já mais que tempo de se concluir tal catalogação que já vem a arrastar-se há quatro anos".<sup>58</sup> Em 9 de Abril do ano seguinte, era mandado encadernar o primeiro tomo

<sup>53</sup>Esta doação foi comunicada à Câmara Municipal pelo Presidente, Dr. Mário Norton e pelo vereador Bessa e Menezes, em reunião de 04/04/1945. Segundo as condições do doador, os livros, na ordem de dois milhares, tinham de ficar em "estantes privadas" e não podiam ser emprestados. No mês de Junho daquele ano, os livros já se encontravam em duas grandes estantes colocadas num dos salões da Biblioteca Municipal. "O Barcelense", nº 1784, ano 55, 16/6/1945. A escritura de doação foi feita em 23/7/1953. Estiveram presentes, além do doador, Dr. Luís Novais Machado, Presidente da Câmara, D. Maria José Novais, Dr. Augusto Monteiro, Dr. António Luís Gomes, Dr. Domingos de Figueiredo, Dr. Francisco Torres, Francisco José Monteiro Torres e Augusto Soucasaux. "O Barcelense", 01/08/1953.

<sup>54</sup>A.M.B., Livros de Actas da C.M.B., nº 95, reunião de 10/10/1956.

<sup>55</sup>"O Barcelense", nº 1794, ano 35, 23/08/1945. Em 3 de Setembro de 1945, a Biblioteca Municipal, por apresentação de Felicíssimo Mendonça, Tesoureiro de Finanças, foi visitada pelo Doutor António Luís Gomes, antigo Ministro de Estado e reitor da Universidade de Coimbra, seu filho do mesmo nome, Director Geral da Fazenda Pública, sua esposa Maria Luísa Pacheco Luís Gomes e por seu filho, também António, como seu pai e avô, Académico da Universidade de Coimbra. "O Barcelense", nº 1796, ano 35, 08/09/1945.

<sup>56</sup>Idem, nºs 1831 e 1836, ano 36, de 11/05 e de 15/06/1946. Estas moedas encontravam-se no cofre privativo do Chefe da Secretaria, num pequeno saco de linho, dentro de uma caixa de cartão, atada, lacrada e assinada por toda a Comissão Administrativa da Vice-Presidência da Capitão Baltazar José Ferraz, Secretário e Tesoureiro. Na Presidência de Miguel Gomes de Miranda foi verificado o conteúdo da caixa e na Vice-Presidência de Francisco José Monteiro Torres fez-se um inquérito para confirmar aquela doação. Eram constituídas por 1.042 numismas variados. Depois de seleccionados, expuseram-se 538 devidamente identificados e guardaram-se, juntos com a colecção, em pequenos cartuchos de celofane, as 504 espécies repetidas. Estas moedas foram confiadas, provisoriamente, à Biblioteca Municipal por deliberação da Câmara de 7/02/1945. A.M.B., Livro de Actas da C.M.B., nº 86.

<sup>57</sup>Estas moedas foram oferecidas, entre outros, por: Conde de Vilas Boas, uma matriz sigilar, Antero de Faria, vinte e oito numismas e uma antiga nota de banco, Alferes Barreiros, trinta e oito moedas, Artur Roriz, dezassete numismas agrupados, Ribeiro Novo, uma moeda antiga, major Mancelos Sampaio, vinte moedas diversas e um selo histórico em cobre, Eduardo Vilas Boas, funcionário municipal, catorze numismas vários. Foram confiadas, provisoriamente, à Biblioteca Municipal por deliberação da Câmara de 07/02/1945. A.M.B., Livro de Actas da C.M.B., nº 86.

<sup>58</sup>Estas recomendações surgem na sequência de notícias publicadas pelos jornais "O Comércio do Porto" e "A Voz" que davam ao "Vigilante", e não à Câmara e ao Vereador do Pelouro, a responsabilidade da iniciativa da exposição, em vitrines apropriadas, das moedas doadas à Câmara por D. António Barroso. A.M.B., Livro de Actas da C.M.B., nº 87.

do Catálogo da Biblioteca Municipal.<sup>59</sup> Aliás, durante este ano e nos anos seguintes, adquirem-se vários livros para a mesma e procede-se à encadernação de diversos.<sup>60</sup>

### *Decadência progressiva*

Em Novembro de 1951, Joaquim Selles Paes de Vilas Boas, barcelense ilustre e homem interessado pelas questões culturais, residente em Lisboa, publicava no “Jornal de Barcelos” dois artigos em que questionava a eficácia da Biblioteca Municipal. Segundo o autor, esta assemelhava-se a uma “repartição pública”, culpando, não a Câmara, cujos orçamentos eram reduzidos, mas a “organização que é absolutamente primeva e por primazia afasta em vez de cativar o possível leitor.” Acrescentava ainda que os leitores, além dos livros deviam ter para consulta jornais e revistas. E concluía: “Organizada a Biblioteca Municipal em moldes modernos, assente o plano de aquisições, feita a propaganda, acarinhando os ofertantes trabalhava-se para uma missão que não tem sido cumprida com o leitor, nem com o público, fruto da organização primitiva, do péssimo plano de aquisições, da má propaganda e do pouco carinho e delicadeza com os ofertantes.”<sup>61</sup>

Cinco anos mais tarde, Manuel Lemos da Silva, preconizando a criação de uma “Biblioteca de Fábrica”, na Tebe, criticava a falta de frequência de leitores da Biblioteca Municipal.<sup>62</sup>

Depois da morte do major Mancelos Sampaio, ocorrida em 1957, a decadência da Biblioteca foi-se acentuando cada vez mais, que haveria de culminar com o encaixotamento da maior parte do espólio e o seu encerramento ao público.

Ainda procuraram António Baptista e Mascarenhas Sineiro, ao tempo funcionários da Fundação Calouste Gulbenkian, reorganizá-la em 1958, segundo o modelo usado nas bibliotecas dessa instituição, mas a falta de apoio da autarquia e o carácter demasiado ambicioso do projecto, fez com que tudo cessasse, após a demissão voluntária do primeiro, em Julho de 1965.<sup>63</sup>

Entretanto, a Fundação Calouste Gulbenkian contemplava Barcelos com uma Biblioteca Itinerante, a nº 12, que foi inaugurada em 15 de Outubro de 1958 e que se deslocava às freguesias. A sua equipa era constituída por: António Baptista, Mascarenhas Sineiro e Hermínio Maia.<sup>64</sup>

Alguns anos mais tarde, em 20 de Julho de 1962, era inaugurada a Biblioteca Fixa da mesma fundação, a nº 23, e que ficou instalada nos baixos do Museu Arqueológico, no largo do Município, junto à Igreja Matriz. Na presença dos Drs. Luís Figueiredo e Adélio Campos, respectivamente Presidentes da Câmara Municipal e do Turismo, do Dr. Bran-

<sup>59</sup>A.M.B., Livro de Actas da C.M.B., nº 88.

<sup>60</sup>Idem., nº 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94.

<sup>61</sup>Nºs 97 e 98, ano 2, 8 e 15/11/1951.

<sup>62</sup>Boletim Social da Tebe, nºs 38 e 39, ano 4, Set. Out. 1956.

<sup>63</sup>António Baptista, funcionário administrativo da Tebe e director do “Boletim Social da Tebe”, foi nomeado encarregado da Biblioteca em 29 de Janeiro de 1958, com a gratificação mensal de quinhentos escudos. Esta gratificação mensal subiu para mil escudos, durante os primeiros quatro meses, e com início em Abril daquele ano, devido ao grande trabalho a desenvolver, renovando-se a partir de Agosto daquele mesmo ano. Por deliberação da Câmara de 26 de Fevereiro de 1958, e de aviso publicado na imprensa, avisavam-se os leitores e o público em geral que os serviços relacionados com a sala de leitura da Biblioteca ficavam encerrados até comunicação em contrário, a fim de se proceder ao inventário do seu património. Idem, nº96. A mudança foi profunda, dado que a pretensão era eliminar a cota topográfica, substituindo-a por sinalização de cores e pela classificação decimal, tendo-se mesmo dado início a um livro de registo, intitulado, “Inventário Geral da Biblioteca Municipal de Barcelos”. Malheiro, Armando, op.cit.

<sup>64</sup>Quem quiser conhecer à história desta Biblioteca pode ler os excelentes artigos de António Baptista no jornal “Notícias de Barcelos”. Intitulados “Figuras, Factos e Livros” foram publicados de 05/04/1990 a 09/12/1999.

quinho da Fonseca, Director Geral dos Serviços de Biblioteca e do Dr. Miranda Mendes, Inspector da Zona Norte daquela Fundação, e de muitas “pessoas de representação barcelense”, António Baptista fez o elogio de Jaime Mascarenhas Sineiro, Encarregado da Biblioteca Fixa.<sup>65</sup> Cerca de um ano depois, esta Biblioteca passou a funcionar na sala anexa à da Biblioteca Municipal, que passou a ter o seguinte horário: das dezassete às vinte horas e das vinte e uma e trinta às vinte e três horas. Aos sábados o encerramento era às vinte horas.<sup>66</sup>

Entretanto, o Dr. Mário Cerqueira Correia, ao findar o primeiro ano de mandato como Vereador da Cultura, em 12 de Janeiro de 1965, descrevia o “estado lastimoso” em que se encontrava a Biblioteca Municipal e propunha a aquisição do Solar dos Pinheiros para instalá-la. Defendia ainda que era necessário completar as colecções dos jornais locais que estavam muito incompletas e fazer com que estes dessem entrada na Biblioteca, bem como proceder à catalogação das obras, também incompleta.<sup>67</sup>

A decadência da biblioteca foi-se, assim, acentuando, agravando-se, em 1969, quando o executivo municipal, em fase de expansão dos seus serviços, decide ocupar a sala onde aquela se encontrava instalada.

As obras e demais espécies foram encaixotadas de modo a poderem ser transferidas para uma dependência situada no rés-do-chão do edifício do antigo tribunal, onde se situou a sede da junta de freguesia.

Encerrada ao público, desorganizada, com o seu espólio disperso e mal arrumado, a maior parte do qual permaneceu nos caixotes, a situação global da biblioteca municipal foi-se degradando continuamente, apesar dos diversos e insistentes protestos da encarregada, Maria Teresa Sélles Paes de Vilas Boas, a quem foi confiada a sua direcção de 1968 a 1983, mas que de nada valeram.

Ainda arrendou, em 26 de Outubro de 1971, a Câmara Municipal presidida pelo Dr. Vasco de Faria as dependências do Solar dos Pinheiros para aí instalar a Biblioteca Municipal, mas apenas se fizeram lá algumas exposições de arte.<sup>68</sup>

### ***Uma nova era***

Com o 25 de Abril, a Câmara decidiu, em 1979, encontrar novas instalações para a biblioteca, tendo alugado uma casa, com o número 49, na rua Infante D. Henrique. Assim, a Biblioteca Municipal passou a funcionar no 1º e 2º andares, sendo ocupado o rés-do-chão, com a Biblioteca Fixa nº 23 da Fundação Calouste Gulbenkian e que abriu ao público, naquele local, em 30 de Março do referido ano. Esta Biblioteca tinha como encarregado, Joaquim Alves Ferreira.

A Biblioteca Municipal de Barcelos foi inaugurada em 30 de Abril de 1981, com a presença do Ministro da Agricultura e Pescas, Engº Cardoso e Cunha, depois de um trabalho de reinventariação, registo, catalogação e acomodação do espólio em estantes, levado a cabo pela Encarregada, Maria Teresa Sélles Paes de Vilas Boas, coadjuvada por José Faria, hoje Técnico Profissional BAD desta Biblioteca Municipal.

<sup>65</sup>“Jornal de Barcelos”, nº 646, ano 13, 26/07/1962.

<sup>66</sup>A.M.B., Livro de Actas da C.M.B., nº 100, 19/03/1963.

<sup>67</sup>Idem, nº 102.

<sup>68</sup>Ibidem, nº 108.

Ao terminar esta breve História da Biblioteca Municipal de Barcelos não poderíamos deixar de salientar todo o apoio que temos tido do Ex.mº Senhor Presidente do Município, Dr. Fernando Reis, bem como dos Senhores Vereadores do Pelouro da Cultura que com ele trabalharam, Dr. Sebastião Matos e Prof. Mário Constantino, bem como da Drª. Joana Garrido, actual Vereadora do Pelouro da Cultura.

Uma palavra de apreço, também, para todos os técnicos superiores e profissionais e auxiliares que trabalham nesta Biblioteca Municipal e que têm contribuído para a promoção do livro e da leitura.

A todas as outras pessoas que, de uma forma ou de outra, têm colaborado connosco, o nosso sincero obrigado.

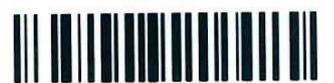
Barcelos, 1 de Dezembro de 2006

Victor Manuel Martins Pinho da Silva, Chefe de Divisão BAD





biblioteca  
municipal  
barcelos



56709

Apontamentos para a história da  
Biblioteca Municipip...

No 10º aniversário, na Casa dos Machados da Maia  
Ao serviço da leitura pública